

Artigo

Reflexões sobre feminismos prescritivos, analíticos e o putafeminismo

*Mariana de Oliveira Tozzi**
*Matheus dos Santos da Silveira***

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a desestabilização dos limites do feminismo a partir da proposta de Monique Prada sobre o putafeminismo. Em seu livro, a autora conta que inspirada por muitas outras trabalhadoras sexuais decidiu elaborar sua luta em uma publicação. Mas ao contrário de muitos dos sucessos editoriais assinados por prostitutas, o texto não está centrado nas experiências com os clientes, majoritariamente homens. O seu pensamento é construído a partir de seu próprio ponto de vista e das discussões que colocam em contraste o feminismo experimentado por ela em oposição ao que ela chama de “feministas conservadoras”, que “vitimizam” e “pretendem resgatar” pessoas como ela, deixando de reconhecer a autonomia e a capacidade de escolha desta classe. Em conjunto às contribuições de autoras como Catherine McKinnon, Saba Mahmood e Judith Butler, almeja-se entender que a visibilidade no espaço público – e não somente no acesso a um submundo – é um exercício de poder que reivindica o reconhecimento, a valorização e, sobretudo, a existência. Ao abordar a complexidade do feminismo a partir da perspectiva do putafeminismo proposto por Monique Prada, este texto se soma à outras contribuições que acabam por desafiar as fronteiras do movimento feminista tradicional.

Palavras-chave: Feminismo. Ativismo. Putafeminismo.

Reflexiones sobre los feminismos prescriptivos, analíticos y el putafeminismo

Resumen:

Este trabajo pretende reflexionar sobre la desestabilización de los límites del feminismo a partir de la propuesta de Monique Prada sobre el putafeminismo. En su libro, la autora dice que, inspirada por muchas otras trabajadoras sexuales, decidió desarrollar su lucha en una publicación. Pero a diferencia de muchos de los éxitos editoriales escritos por prostitutas, el texto no se centra en las experiencias con clientes, la mayoría de los cuales son hombres. Su pensamiento se construye desde su propio punto de vista y discusiones que contrastan el feminismo que vive con lo que ella llama “feministas conservadoras”, que “victimizan” y “pretenden rescatar” a personas como ella, sin reconocer su autonomía y capacidad. a elegir de esta clase. Junto a las aportaciones de autoras como Catherine McKinnon, Saba Mahmood y Judith Butler, pretendemos comprender que la visibilidad en el espacio público –y no sólo el acceso a un inframundo– es un ejercicio de poder que exige reconocimiento, aprecio y, sobre todo, existencia. Al abordar la complejidad del feminismo desde la

perspectiva del putafeminismo propuesta por Monique Prada, este texto se suma a otros aportes que terminan desafiando los límites del movimiento feminista tradicional.

Palabras clave: Feminismo. Activismo. Putafeminismo.

* Mestranda no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: eu@marianaoliveira.com.br

** Doutorando em Relações Internacionais no Instituto de Relações da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: silveiramath49@gmail.com

A prostituição é uma realidade para milhões de pessoas ao redor no planeta. Embora não haja dados atualizados no Brasil, sabe-se que dedicar-se à atividade ocorre quase sempre por extrema necessidade. A profissão dita como a mais antiga do mundo suscita inúmeras discussões acadêmicas que discutem os aspectos morais, a construção da sexualidade, a regulamentação jurídica entre incontáveis disciplinas. Fato é que é cercada de estigma, o que muitas vezes impede que a sociedade reconheça a humanidade das profissionais que exercem o meretrício e percebam a vulnerabilidade a que estão sujeitas.

Durante muito tempo, a teoria feminista enxergou a prostituta apenas como um objeto à mercê das vontades dos homens. De fato, os dados sobre exploração sexual são alarmantes e o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking mundial de exploração sexual infantil, de acordo com o Child Fund (2021). Mas Monique Prada, trabalhadora sexual e ativista, oferece um contraponto à narrativa da prostituta como vítima das circunstâncias do mundo. Ela não possui uma formação universitária formal, mas domina a discussão ancorada na prática. Mesmo sem experiência acadêmica, ela desvela embates de ordens teóricas e práticas associadas ao movimento feminista e à prostituição. Há inúmeras disputas sobre o que é ser feminista. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a desestabilização dos limites do feminismo a partir da proposta de Monique Prada sobre o putafeminismo.

Monique apresenta-se como puta e feminista, uma identidade construída em muitos anos de dedicação ao trabalho sexual e ativismo político com prostitutas para o reconhecimento e acesso desta classe marginalizada a direitos. Em seu livro, Prada (2018), cujo título é Putafeminista, ela conta que inspirada por muitas outras trabalhadoras sexuais decidiu elaborar sua luta em uma publicação.

Mas ao contrário de muitos dos sucessos editoriais assinados por prostitutas, o texto não está centrado nas experiências com os clientes, majoritariamente homens. O seu pensamento é construído a partir de seu próprio ponto de vista e das discussões que colocam em contraste o feminismo experimentado por ela em oposição ao que ela chama de “feministas conservadoras”, que “vitimizam” e “pretendem resgatar” pessoas como ela, deixando de reconhecer a autonomia e a capacidade de escolha desta classe.

Na apresentação do livro de Prada (2018), o pensamento está posicionado segundo a epistemologia da “pedagogia feminista ‘descolonial’”, uma vez que repensa o feminismo a partir de processos de descolonização, possibilitando um contraponto ao pensamento crítico feminista tradicional.

Obviamente Prada não é a primeira autora a abordar a marginalização de mulheres dentro do feminismo, principalmente em se tratando de grupos historicamente subalternizados. Para ilustrar estas discussões, este trabalho recorre ao trabalho de Catherine McKinnon, jurista feminista internacionalmente reconhecida por seu trabalho acadêmico, que transpôs o termo “falsa consciência”, oriundo da teoria marxista, ao feminismo para referir-se a mulheres dentro das sociedades que adotam perspectivas e crenças patriarcais – lugar em que enquadra as prostitutas.

Este trabalho também resgata o feminismo analítico de Saba Mahmoud como referência no que diz respeito à crítica sobre o feminismo a partir do olhar subalterno. A autora fez uma contribuição significativa ao problematizar a agência humana, levando em conta as múltiplas possibilidades de viver e posicionar-se no mundo.

Por fim, o texto discute a contribuição de Butler (2018) para a luta das trabalhadoras sexuais por acesso a direitos humanos e trabalhistas enquanto membros (mesmo que marginalizadas) da sociedade. Como grupo vulnerabilizado, as prostitutas estiveram relegadas às margens da sociedade não sendo conferido um papel de protagonistas para suas próprias vivências, no entanto, Butler nos ajuda a entender que a visibilidade no espaço público – e não somente no acesso a um submundo – é um exercício de poder que reivindica o reconhecimento, a valorização e, sobretudo, a existência.

1. Ressalvas quanto à instabilidade das categorias analíticas da teoria feminista

Em um artigo de 1993, Harding discutiu as dificuldades de estruturar uma teoria política feminista consistentemente capaz “de revelar nossas vidas com tanta clareza e detalhe quanto supomos que as teorias tradicionais revelem as vidas dos homens”. Embora a teoria feminista seja crítica ao patriarcado, acabamos recorrendo às bases teóricas de autores que majoritariamente são homens brancos, ocidentais burgueses e heterossexuais para dar dimensão a um mundo que, à princípio queriam atribuir sentido a suas próprias vivências. O ponto é que talvez seja excessivamente otimista considerar cegamente estas teorias para enxergar uma realidade que, muitas vezes, se propõe ser vista de forma radicalmente oposta por outras lentes e vivências.

Embora isto por si só caracteriza uma limitação, que pode levar a distorções na descrição e análise de problemas, entendemos que não era possível partir de outro lugar senão o que estava posto e disponível. É preciso considerar que qualquer análise, portanto, tem como ponto de partida o patriarcado que propõe a construção de um homem universal, o que inegavelmente levou a suposição de que existiria por extensão, uma mulher também universal.

Ao passo de que as análises mais recentes tenham avançado em reconhecer as bases androcêntricas sobre as quais as teorias sociais foram constituídas, ainda relutamos em admitir e incluir as perspectivas de mulheres cujas experiências estão mais distantes do que inicialmente foi tido como padrão, como este trabalho demonstrará. Harding (2018) acredita que devemos abraçar esta instabilidade de forma coerente, permitindo que as respostas que explorem os “dilemas insolúveis para o feminismo” ao mesmo tempo que se ancoram numa realidade na qual também não há certezas nem garantias. Afinal, a dificuldade de encontrar respostas em bases teóricas anteriores é justamente o motivo pelo qual se busca desenvolver uma epistemologia feminista, conforme detalha no trecho abaixo:

Todos os feminismos são teorias totalizantes. Como as mulheres e as relações de gênero estão em toda a parte, os temas das teorias feministas não podem ser contidos dentro de um esquema disciplinar singular, ou mesmo um conjunto deles. A ‘visão de mundo da ciência’ também se propõe como uma teoria totalizante – toda e qualquer coisa que valha a pena ser compreendida pode ser explicada ou interpretada com os pressupostos da ciência moderna. Naturalmente há um outro mundo – o das emoções, sentimentos, valores políticos, do inconsciente individual e coletivo (...) e o mundo no qual passamos a maior parte de nossas horas de sonho e vigília sob a constante ameaça de reorganização pela racionalidade científica. Um dos projetos das feministas teóricas é revelar as relações entre estes dois mundos – como cada um modela e informa o outro. No exame da crítica feminista à ciência, devemos, portanto, refletir sobre tudo o que a ciência não faz, as razões, as exclusões, como elas conformam a ciência precisamente através das ausências, quer sejam elas reconhecidas ou não (HARDING, 2018, p. 12-13).

Para Harding (2018), a pesquisa feminista é capaz de ampliar a objetividade, pois este desprendimento em relação aos parâmetros de “dissonância entre os pressupostos” é transparente, ao contrário da teoria tradicional. Diferentemente do que já foi produzido, há uma motivação contestadora que pode servir muito bem à qualidade da pesquisa (objetividade), uma vez não se trata de substituir um gênero pelo outro, mas sim transcender ambos. Isto por si só, já subverte a lógica iluminista que permeia muito da produção acadêmica das ciências sociais, pois demonstra

que as teorias feministas podem contribuir de forma menos parcial e enviesada à percepção de mundo.

A autora critica veementemente filósofos como Marx, Nietzsche, Wittgenstein, Derrida e tantos outros que mesmo ao tentar fazer uma ciência pós-moderna, acabam caindo nas mesmas armadilhas à medida reproduzem uma forma de pensar essencialmente masculina, o que se torna “um ponto de vista equivocadamente universalizante do dominador”. Com efeito, o relativismo emerge como uma solução de problemas apenas para os grupos dominantes na medida em que “(...) expressa uma falsa consciência, que aceita a insistência dos dominantes na legitimidade intelectual do direito de manter concepções distorcidas do mundo” (HARDING, 2018, p. 19 - 20). Ela não quer dizer que estas produções são descartáveis, entretanto advoga para que as epistemologias feministas caminhem lado a lado.

O ponto central do pensamento de Harding que queremos destacar é admitir que não existe homogeneidade mesmo no pensamento branco, masculino e ocidental, portanto seria utópico presumir que haveria dita singularidade conectada ao gênero feminino e a todas as culturas e diversidade que nele habitam. A crítica, portanto, também se aplica às feministas brancas ocidentais, que raramente dão a devida atenção ao próprio racismo, classismo e centrismo.

Em termos metodológicos, as teorias feministas só têm a ganhar quando se põem em perspectiva. Não somente em termos epistemológicos, mas também em termos práticos, uma vez que parece haver uma divisão do trabalho no qual a concepção teórica fica em um grupo, por vezes, privilegiado e a execução/prática com outro grupo. Esta visão parece ser particularmente útil para pensar o antagonismo relatado por Prada (2018) em relação à pouca identificação que as trabalhadoras sexuais sentem em relação às teorias que discorrem sobre elas, mas não refletem a natureza do trabalho delas.

Este trabalho pretende valorizar o que Zalewski (1996) nomeou de “teoria como crítica” e não somente a teoria como modalidade de concepção intelectual que fica distante do mundo real e restrito aos círculos acadêmicos.

Segundo a autora, ao apenas tentar gerenciar a ordem internacional (e não mudá-la), têm-se o efeito de negligenciar grupos marginalizados e seus interesses, logo, devemos focar a atenção também ao “mundo real”, pensando este como uma ferramenta para mudanças. Reconhecemos as limitações e instabilidades das práticas das teorias feministas, mas acreditamos fielmente que uma nova perspectiva contribui não só para a formulação do problema teórico como também para pensar em alternativas práticas que permitam que as trabalhadoras sexuais exercitem seus direitos como cidadãs.

1.1 Contribuições de Catherine MacKinnon sobre a prostituição para o pensamento feminista

Para fins práticos, o pensamento de Catherine MacKinnon foi escolhido para ilustrar uma visão de feminismo que pode ser considerada radical ou até excludente para enxergar uma agência ativa das prostitutas. Esta autora abordou extensivamente a questão da prostituição em publicações como "*Toward a Feminist Theory of the State*" (1989), "*Prostitution and Civil Rights*" (1993), "*Trafficking, Prostitution, and Inequality*" (2006) e muitos outros. Para MacKinnon, a prostituição é uma forma de exploração sexual e violência contra as mulheres pois envolve necessariamente a mercantilização e a objetificação de seus corpos.

A perspectiva de MacKinnon (1993) sobre a prostituição alinha-se com a sua crítica mais ampla aos sistemas patriarcais, que ela acredita contribuir para a subordinação das mulheres. Em sua perspectiva, a prostituição não é uma escolha feita livremente, senão o resultado de desigualdades econômicas e sociais que limitam as opções e a agência das mulheres, conforme o trecho abaixo:

Às mulheres na prostituição são negados todos os direitos civis imagináveis, de todas as formas imagináveis e inimagináveis, de modo que faz sentido entender a prostituição como consistindo na negação da humanidade das mulheres, não importa como a humanidade seja definida. É negado tanto através da definição social e da condição das prostitutas como através do significado de

alguns direitos civis. O direito legal de estar livre de tortura e de tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes é reconhecido pela maioria das nações e é garantido internacionalmente. Na prostituição, as mulheres são torturadas através de estupros repetidamente e de todas as formas mais convencionalmente reconhecidas. As mulheres são prostituídas precisamente para serem degradadas e submetidas a tratamentos cruéis e brutais sem limites humanos; é a oportunidade de fazer isso que é trocada quando as mulheres são compradas e vendidas por sexo (MACKINNON, 1993. p.13-14).

As opiniões de MacKinnon sobre a prostituição levantaram um debate considerável dentro dos círculos feministas e fora dele, com alguns apoiando a sua posição como um meio de abordar a desigualdade de gênero e a violência contra as mulheres, enquanto outros criticam a sua abordagem por potencialmente marginalizar e estigmatizar ainda mais as pessoas envolvidas no trabalho sexual.

MacKinnon argumenta que as mulheres prostituídas não possuem nenhum tipo de autonomia. Para ela, a “opção” do trabalho sexual é reflexo direto dos constrangimentos sociais, da violência estrutural e da internalização da sexualidade dominante patriarcal. Nesse sentido, MacKinnon nega qualquer valor à consciência individual das mulheres, argumentando que esta é desprovida de significado frente aos poderosos determinantes sociais.

A visão de MacKinnon representa uma crítica contundente ao entendimento liberal predominante (Miguel, 2022) que valoriza a autodeterminação dos indivíduos e exige uma aceitação acrítica de suas preferências. Ela destaca que tais preferências são moldadas por uma sociedade estruturada por relações de dominação, questionando assim a validade de considerá-las como expressões autênticas da vontade individual.

Blanchette e Silva (2018), antropólogos que concentraram pesquisa etnográfica no trabalho sexual, contribuem para a discussão apontando o fato que a objetificação e alienação presumida por algumas teóricas feministas simplesmente não corresponde à prática da prostituição, uma vez que o que se convencionou chamar de “corpo vendido” não é de fato alienado. É sim um processo tenso, perigoso de constante diálogo e negociação, mas que envolve a

imposição de limites que se espera que sejam respeitados. Essas exigências nem sempre são respeitadas na prostituição, mas também muitas vezes não são respeitadas no casamento ou no sexo não remunerados.

Quando as feministas se concentram na objetificação sexual e na venda do corpo, elas acabam destacando a posição que por vezes até justifica a violência contra a mulher ao acreditar que o consentimento inicial confere acesso irrestrito aos corpos das mulheres, o que não corresponde à realidade do trabalho sexual segundo relatos das próprias profissionais.

Prada (2018), por sua vez, recusa veementemente esta concepção do trabalho sexual, que tolhe as profissionais do sexo de autonomia e capacidade de escolhas. Ela argumenta que esta visão reserva às putas somente o espaço da “precariedade, da exclusão, da marginalidade, da clandestinidade e da violência” (PRADA, 2018, p. 35). Quando na verdade, mulheres como ela têm ousado lutar contra este estigma posicionando o trabalho sexual como uma prestação de serviço que permite a muitas mulheres ter autonomia financeira, já que a prostituição é, antes de tudo, um “trabalho que não exige formação e remunera relativamente bem” (PRADA, 2018, p. 42).

1.2 Poder, resistência e a crítica ao feminismo prescritivo

Para fins de análise, tomemos a problemática sobre o exercício do poder e a resistência como ponto de partida. Diferentemente de teóricos como Gramsci, Abu-Lughod (1990), propõe uma concepção de resistência não exclusivamente como uma força geradora de mudanças imediatas, estritamente vinculada a transformações significativas na sociedade, mas também como diagnóstico de poder. A autora concentra-se na sutileza das relações existentes entre as mulheres da tribo beduína Awlad ‘Ali para ilustrar como isso se dá na poesia produzida ali, de forma a 1) desafiar as restrições impostas por pela figura de autoridade de homens mais velhos; 2) esquivar-se de compromissos relacionados aos casamentos arranjados; 3) ter um discurso “sexualmente irreverente”.

(...) Dado que o código moral é um dos meios mais importantes de perpetuar as estruturas desiguais de poder, as violações do código devem ser entendidas como formas de resistir ao sistema e desafiar a autoridade daqueles que o representam e dele beneficiam. Quando examinado pelo que pode nos dizer sobre o poder, este discurso subversivo da poesia sugere que a dominação social também funciona ao nível da construção, delimitação e atribuição de significados às emoções pessoais (ABU-LUGHOD , 1990, p. 47).

O trabalho de Abu-Lughod é claramente inspirado pela perspectiva de poder de Michel Foucault, enfatizando que o poder não opera apenas por meio da repressão, mas também pela produção de várias estruturas sociais, culturais e econômicas que influenciam a vida dos indivíduos. Foucault sugere que o poder, operando em ação/movimento, gera não apenas efeitos negativos, como restrição e opressão, mas também uma teia de complexidade em que a resistência, mesmo que mínima, pode se tornar importante.

Desta forma, Abu-Lughod contribui não só para a observação de múltiplas resistências praticadas pelas mulheres beduínas que, muitas vezes são subestimadas por observadores externos, mas também dá voz a mulheres que são transversalmente subalternizadas pela sociedade, seja pelo gênero, classe social ou origem não ocidental, destacando a complexidade da constituição das comunidades beduínas frente a uma visão muitas vezes simplista e estereotipada.

Abu-Lughod foi precursora de discussões sobre a subalternização das vozes das mulheres árabes. Inspirada por ela e muitas outras, Mahmood (2005) também aborda os pré-conceitos feministas ocidentais em sua obra “Politics of Piety”, argumentando que algumas mulheres muçulmanas escolhem participar ativamente de práticas religiosas que podem parecer restritivas para o mundo ocidental. No entanto, ela enfatiza a importância de entender a agência e subjetividade dessas mulheres dentro de seus contextos culturais e religiosos.

A pesquisa de Mahmood (2005) foi motivada pela suspeita com a qual muitas feministas passaram a enxergar os movimentos islâmicos após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 às Torres Gêmeas do World

Trade Center em Nova York, Estados Unidos. Se antes destes ataques, já havia uma certa rejeição devido ao suposto conservadorismo e a falta de aderência aos valores liberais, após a ocasião houve uma escalada do sentimento anti-islâmico que serviu para reafirmar a visão desta população como perigosa, irracional e, mais do nunca, submissa e oprimida. Era impensável entender o porquê, num momento em que havia tantas possibilidades emancipatórias, as mulheres muçulmanas pareciam estáticas, conforme a autora relata:

(...) Por um lado, as mulheres são vistas como afirmando a sua presença em esferas anteriormente definidas pelos homens, enquanto, por outro lado, as próprias expressões idiomáticas que utilizam para entrar nessas arenas são baseadas em discursos que historicamente garantiram a sua subordinação à autoridade masculina. Em outras palavras, a subordinação das mulheres às virtudes femininas, como a timidez, a modéstia e a humildade, parece ser a condição necessária para o seu papel público reforçado na vida religiosa e política (...). Com base no trabalho das ciências humanas e sociais desde a década de 1970, que se concentrou nas operações da agência humana dentro de estruturas de subordinação, as feministas procuraram compreender como as mulheres resistem à ordem masculina dominante, subvertendo os significados hegemônicos das práticas culturais e redistribuindo-as pelos seus 'próprios interesses e agenda'. (...) Os pesquisadores que trabalham neste quadro tendem, portanto, a analisar as tradições religiosas em termos dos recursos conceituais e práticos que são oferecidos às mulheres, e das possibilidades de redirecionamento e recodificação desses recursos de acordo com os 'interesses e a agenda das próprias mulheres' – uma recodificação que permanece como o lugar de agência das mulheres (Mahmood, 2005, p. 6).

Mahmoud (2005) cunhou o termo “Feminismo prescritivo”, para descrever os ideais ocidentais que resumem um conjunto específico de valores e objetivos como padrão para a emancipação e empoderamento das mulheres, inspirado pelo discurso liberalista que elevou a importância de características como a liberdade e a autonomia na vida das mulheres. Esta perspectiva, caracterizada por uma agenda normativa, promove ideais como autonomia individual, igualdade de gênero e secularismo, frequentemente avaliando outras culturas e religiões sob esta lente.

Por outro lado, o feminismo analítico, conforme articulado por Mahmood (2005), adota uma abordagem mais compatível com o contexto. Este

pensamento busca compreender como as mulheres de diversas culturas ou religiões lidam com sua subjetividade dentro de suas culturas. Ao contrário do feminismo prescritivo, o feminismo analítico não usa uma lente padrão, mas busca compreender como as mulheres vivem em seus papéis e identidades de formas que podem divergir do olhar do interlocutor/observador.

Tanto o trabalho de Abu-Lughod quanto o de Mahmood desafiam a existência de uma suposta agenda feminista universal e enfatizam a importância de uma abordagem analítica para respeitar e compreender as escolhas das mulheres dentro de seus contextos religiosos e culturais. Estas contribuições ampliam nossa compreensão das interseções entre poder, resistência e gênero no contexto das comunidades islâmicas, oferecendo pontos de vista valiosos para debates acadêmicos e políticos, que podem ser aplicados à discussão sobre a prostituição, uma vez que também se trata de um grupo no qual o ideal de feminismo branco, liberal e tradicional não se aplica.

Em se tratando da experiência de trabalho sexual narrada por Prada (2018) em seu livro e o seu lugar de fala para propor uma versão do feminismo que dialoga mais abertamente com os relatos e vivências de suas colegas, a que chama putafeminismo, a autora, mesmo que de forma intuitiva e informal, reverbera a crítica de pesquisadoras tão distantes (e ao mesmo tempo tão próximas) como as muçulmanas.

Grosso modo, o cerne da queixa de ambos os grupos consiste na crítica ao olhar etnocêntrico que invalida experiências que não a do feminismo hegemônico (privilegiado, branco, ocidental). Os mesmos parâmetros obviamente não se aplicam à resistência e à agência das mulheres beduínas lidando com as questões do patriarcado ou das putas militando por direitos humanos, no entanto isto não deveria invalidar as lutas destes e de tantos outros grupos.

1.3 As putas e o direito de existir

Prada (2018) afirma em seu livro que sua militância e ativismo político pelo direito à saúde e por melhores condições de trabalho a levaram a se tornar uma agitadora e uma “putativista”. Ou seja, sua existência pública para os olhos dos outros (para além da realização de seu trabalho entre quatro paredes), participação em eventos e diálogos públicos a elevaram à condição de corpo político, que a retirou (mesmo que em alguns momentos a contragosto) da invisibilidade para transformá-la num agente de direitos visível e pensante. Em outras palavras, a experiência de Prada com o que chama de “putativismo” reforça o que Judith Butler argumenta em sua publicação “Corpos em aliança e a política das ruas”: são espaços de contestação e resistência, em que corpos diversos se reúnem para reivindicar direitos e visibilidade. Nesse contexto, a militância das trabalhadoras sexuais emerge como uma forma de desafiar as normas sociais e políticas que marginalizam e estigmatizam essa categoria de mulheres.

Ao conectar a teoria performativa de gênero de Butler com as experiências das trabalhadoras sexuais, podemos entender como suas práticas desafiam e subvertem as normas dominantes. Mais do que tudo, o argumento de Prada é que o ato de vender sexo é uma forma de agência corporal em que as trabalhadoras reivindicam controle sobre seus próprios corpos e sexualidade, mesmo em um contexto social que as discrimina.

Nem todos podem aparecer de uma forma corpórea, e muitos daqueles que não podem aparecer, que estão impedidos de aparecer ou que operam por meio das redes virtuais ou digitais, também são parte do “povo”, definidos precisamente por serem impedidos de fazer uma aparição corpórea específica em um espaço público, o que nos leva a reconsiderar as formas restritivas por meio das quais a “esfera pública” vem sendo acriticamente proposta por aqueles que assumem o acesso pleno e os plenos direitos de aparecimento em uma plataforma designada (...). A reunião significa para além do que é dito, e esse modo de significação é uma representação corpórea concertada, uma forma plural de performatividade (BUTLER, 2019, p. 14).

Mas as putas ousam aparecer. Primeiro, com os relatos e publicações sobre o trabalho e os clientes, que de certa forma, alimentavam o próprio negócio e a visão fetichista sobre sexo, inclusive de mulheres. Porém, elas foram além. Citando a importância de antecessoras como Gabriela Leite e Indianara Siqueira no Brasil, Pye Jacobson e Magpie Corvid no exterior, Prada afirma que o lugar da invisibilidade emerge mais opressivo do que nunca quando elas ousam argumentar e reivindicar direitos, despertando a ira daqueles que detém algum tipo de privilégio.

É a partir da saída do “gueto”, da construção de uma coletividade e da visibilidade de suas pautas que nasce o que ela chama de putafeminismo, como um marco físico da luta política. Butler (2019) continuamente reitera em sua obra que o sujeito autônomo liberal é uma ficção. Materialmente, todos nós dependemos de outros para existir socialmente. É justamente na minimização do individualismo e na construção do ethos de solidariedade que se reafirma a interdependência e a interrelacionalidade dos sujeitos vivos, como reafirmado no trecho abaixo:

Quanto mais alguém está de acordo com a exigência da ‘responsabilidade’ de se tornar autossuficiente, mais socialmente isolado se torna e mais precário se sente; e quanto mais estruturas sociais de apoio deixam de existir por razões ‘econômicas’, mais isolado este indivíduo se percebe em sua sensação de ansiedade acentuada e ‘fracasso moral’. O processo envolve uma escalada de ansiedade em relação ao próprio futuro e em relação àqueles que podem depender da pessoa; impõe à pessoa que sofre desta ansiedade um enquadramento de responsabilidade individual, e redefine a responsabilidade como a exigência de se tornar um empreendedor de si mesmo em condições que tornam uma vocação dúbia impossível” (BUTLER, 2019, p. 21)

Embora o processo de constituição do sujeito e existência passe necessariamente pela subordinação a normas e discursos, é essencial pensar que a reunião de corpos (mesmo os considerados descartáveis, como as trabalhadoras do sexo; mesmo em silêncio), se expressam ao demonstrar que uma performatividade “(...) plural e corpórea que devemos compreender como marcada por dependência e resistência” (Butler, 2019, p. 24), sendo a performatividade “um poder que a linguagem tem de produzir uma situação

ou acionar um conjunto de efeitos”. Vale dizer que as condições de possibilidade da “aparição” ou exercício performativo também são constitutivas destes corpos enquanto agentes sociais.

É importante ressaltar que a performatividade é considerada uma expressão linguística, porém envolve mais do que a palavra, ampliando-se a uma dimensão sensorial que ancora a formação do gênero, enquanto norma social e enquanto uma fantasia que passa a fazer parte da nossa formação. Daí passamos a representar o gênero de forma corporal, mas adaptando estas normas através de inúmeras formas. Embora a norma seja um ideal, é saudável reconhecer que não é um ideal alcançável. Todos nós adaptamos e reinventamos as normas dentro de nossas existências, fazendo pequenas ou maiores concessões no dia a dia. Por exemplo, ser mulher, mas admitir não querer se aventurar na maternidade ou mesmo se identificar com uma estética mais andrógina. Alguns grupos, no entanto, desafiam a flexibilidade destas normas e acabam marginalizados.

Butler (2019) explora longamente a questão da vulnerabilidade feminina em sua produção, alegando que as teóricas feministas há tempos argumentam que as mulheres sofrem com isto de forma desproporcional. A resposta da sociedade tem sido ampliar uma contrarresposta paternalista, que contraditoriamente coloca a mulher em uma posição de impotência em relação aos homens.

Ser puta (e uma puta feminista) é uma subversão de norma no gênero feminino, pois não só vai de encontro à imagem da mulher tradicional “recatada e do lar”, mas também desafia a justificativa de reconhecer a agência de mulheres autônomas, que vivem plenamente sua sexualidade, que desprezam as regras de relacionamentos monogâmicos e que, orgulhosas de suas trajetórias de superação, ousam igualar-se aos demais cidadãos e cidadãs para exigir direitos aos quais deveriam ter acesso. Por isso o putafeminismo suscita tantas reações acaloradas na disputa sobre o que é ser uma feminista empoderada.

É verdade que a coletividade também impõe desafios, como o fato relatado por Prada de uma prostituta automaticamente se tornar a porta-voz do movimento, que também é plural e diverso. Muitas vezes este argumento é utilizado para tentar recolocar as trabalhadoras do sexo em um lugar meramente de exploração, que segundo a autora não corresponde à realidade. Butler, mais uma vez, reitera que a precariedade é um componente da aliança de grupos que são considerados descartáveis. Mesmo que esta relação não seja “unificada e conformista” produz relações possibilitadoras do reconhecimento de grupo (por vezes até uma identidade coletiva), mas que nem sempre são homogêneas e, por isso, comportam contradições.

Por fim, Butler encerra seu livro com uma pergunta pertinente: “é possível viver uma vida boa em uma vida ruim?”. Esta é uma pergunta filosófica e complexa, pois é impossível de ser respondida de forma coletiva, sem levar em consideração a dimensão individual do que é prazeroso ou pelo menos suportável. A resposta é que depende de muitos fatores, mas principalmente de quem estará nas trincheiras lado a lado, lutando contra as diferentes opressões a que estamos sujeitos. Prada também mantém sua mensagem otimista, reconhecendo que ao contrário do senso comum, a prostituição está longe de ser uma “vida fácil”. No entanto, apesar dos pesares, é possível viver uma vida digna e por meio da força do trabalho, prover e cuidar das pessoas amadas.

Considerações finais

Este ensaio abordou a complexidade do feminismo a partir da perspectiva do putafeminismo proposto por Monique Prada, que desafia as fronteiras do movimento feminista tradicional. Prada, ao se posicionar como puta e feminista, destaca a importância de reconhecer a autonomia e a capacidade de escolha das trabalhadoras sexuais, que muitas vezes são marginalizadas e estigmatizadas pela sociedade. Sua militância e ativismo

político pelo direito à saúde e por melhores condições de trabalho visam tornar visíveis as pautas das prostitutas, transformando-as em agentes de direitos.

Ao longo deste texto, discutiu-se a visão de Catherine MacKinnon sobre a prostituição, que a considera uma forma de exploração sexual e violência contra as mulheres, contrastando com as experiências e reivindicações das trabalhadoras sexuais. Também foi explorada a contribuição sobre mulheres subalternizadas exemplificada pela resistência das mulheres beduínas, analisada por Lila Abu-Lughod, e a crítica de Saba Mahmood ao feminismo prescritivo ocidental, destacando a importância de compreender as escolhas das mulheres dentro de seus próprios contextos.

A teoria performativa de gênero de Judith Butler foi utilizada para compreender como as práticas das trabalhadoras sexuais desafiam e subvertem as normas dominantes de gênero, evidenciando a importância da solidariedade e da resistência coletiva. Prada argumenta que ser uma puta feminista é uma subversão das normas de gênero tradicionais, que restringem a agência das mulheres e as marginalizam. Butler ressalta a importância de uma política que reconheça a interdependência e a diversidade de experiências, sem impor uma unidade homogênea.

A partir das reflexões de Sandra Harding, ficou também evidente que a teoria feminista enfrenta desafios consideráveis ao tentar articular uma estrutura teórica que reflita fielmente as experiências das mulheres. A dependência das bases teóricas predominantemente construídas por homens brancos, ocidentais, burgueses e heterossexuais é uma realidade que não pode ser ignorada, pois influencia diretamente a forma como percebemos e interpretamos o mundo ao nosso redor.

Devemos estar cientes das lacunas e das distorções que podem surgir ao adotarmos cegamente teorias tradicionais, ao mesmo tempo em que buscamos desenvolver uma epistemologia feminista que dê voz às experiências diversas das mulheres. Como aponta Zalewski no título do seu artigo, tantas teorias e mesmo assim os corpos continuam se empilhando (mortos, renegados, excluídos). Essa abordagem, embora desafiadora, nos

permite explorar novas abordagens e transcender as limitações impostas por uma outra visão de mundo. Conforme sugerido por Harding, fica claro que a pesquisa feminista pode ser significativamente enriquecida mediante a qualidade da pesquisa e a percepção do mundo.

* **Mariana de Oliveira Tozzi** é jornalista, pós-graduada em Responsabilidade Social e Terceiro Setor, mestranda em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Trabalha há mais de 10 anos com comunicação para impacto social e advocacy. Atualmente dedica-se à pesquisa da teoria pós-colonial no campo da saúde.

Contato: eu@marianaoliveira.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5933-6382>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7879724378021061>

** **Matheus dos Santos da Silveira** é Graduado, mestre e doutorando em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Interesse em pesquisas nas áreas da saúde global, gênero e sexualidade, desenvolvimento e Amazônia.

Contato: silveiramath49@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4724-4443>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7332965172375040>

Artigo recebido em: 18/04/2024
Aprovado em: 25/06/2024

Como citar este texto: TOZZI, Mariana de Oliveira; SILVEIRA, Matheus dos Santos da. Reflexões sobre feminismos prescritivos, analíticos e o putafeminismo. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 10, nº 01, p. 222-240, 2024.

Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, L. The Romance of Resistance: Tracing Transformations of Power Through Bedouin. **American Ethnologist**, v. 17, n. 1, p. 41-55, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/645251>. Acesso em: 3 fev. 2024.

BLANCHETTE, T.; SILVA, A. P da. Classy Whores: intersections of class, gender, and sex work in the ideologies of the putafeminista movement in Brazil. **Contexto Internacional**, v. 40, n. 3, p. 549-571, dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/dQBZy65ckyvjhPCcmCShhvg/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas – notas para uma teoria performativa de assembleia**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CHILD FUND BRASIL. **Brasil ocupa 2º lugar no ranking de exploração sexual infantil**. Belo Horizonte: Child Fund Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.childfundbrasil.org.br/blog/brasil-ocupa-segundo-lugar-em-ranking-de-exploracao-infantil/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 7, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15984>. Acesso em: 3 fev. 2024.

MACKINNON, C. A. Prostitution and Civil Rights. **Michigan Journal of Gender and Law**, v. 1, n. 1, 1993. Disponível em: <https://repository.law.umich.edu/mjgl/vol1/iss1/2/>. Acesso em: 15 Jan. 2024.

MAHMOOD, S. **The Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

MIGUEL, L. F. Catharine MacKinnon e o sexo como dominação. **Sociologias**, v. 24, n. 60, p. 362–388, maio 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/116463>. Acesso em: 02 fev. 2024.

PRADA, M. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.

ZALEWSKI, M. ‘All these theories yet the bodies keep piling up’: theories, theorists, theorising. In: SMITH, S; BOOTH, K; ZALEWSKI, M. (Eds.) **International Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.